



Reflexão e Ação

ISSN: 1982-9949

eders@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul
Brasil

Brandão, Carlos Rodrigues; Vasconcelos, Valéria Oliveira de
ENTRE AS ORIGENS E O AGORA: MEMÓRIAS E TRAJETOS DA EDUCAÇÃO
POPULAR

Reflexão e Ação, vol. 29, núm. 2, 2021, pp. 10-24
Universidade de Santa Cruz do Sul

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=722579570008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENTRE AS ORIGENS E O AGORA: MEMÓRIAS E TRAJETOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

BETWEEN THE ORIGINS AND NOW: POPULAR EDUCATION MEMORIES AND PATHS

ENTRE LOS ORÍGENES Y EL AHORA: RECUERDOS Y CAMINOS DE LA EDUCACIÓN POPULAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues¹ 

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de² 

RESUMO

O presente ensaio teve como objetivo principal o de perscrutar quando a “educação” se assina, enfim, “popular”. Para tanto, é esboçado um breve histórico buscando desvelar que a Educação Popular, entre outras palavras-dupla, ganhará o mesmo sentido que acompanhará a obra de Paulo Freire: pensar e praticar a educação como cultura; pensar e praticar a cultura como política; pensar e praticar a política como libertação, como emancipação e, no limite, como revolução. Educadoras e educadores estão sempre se tornando no que devem vir-a-ser. E este tornar-se, que sugere uma mutação, é o que, igualmente, caracteriza o percurso da Educação Popular. Em um mundo em que as ditaduras militares têm sido substituídas por sistemas de colonização e hegemonia impostas pelo difuso poder do capitalismo, diversas teorias e práticas que associam o adjetivo “popular” a outras palavras parecem ser tão atuais e estar tão presentes quanto nos anos 1960.

Palavras-chave: Educação Popular; Paulo Freire; Pedagogia do Oprimido.

ABSTRACT

The main objective of this essay was to investigate, when “education” is finally signed as, “popular”. It’s presented a brief history seeking to reveal that Popular Education, among other double words, will gain the same meaning that will accompany Paulo Freire’s work: to think and practice education as culture; to think and practice culture as politics; to think and practice politics as liberation, as emancipation and, ultimately, as revolution. Educators are always becoming what they should become. And this crossing, which suggests a mutation, is what also characterizes the course of Popular Education. In a world in which military dictatorships have been replaced by systems of colonization and hegemony imposed by the diffuse power of capitalism, several theories and practices that associate the adjective “popular” with other words seem to be as current and as present as in the 1960s.

Keywords: Popular Education; Paulo Freire; Pedagogy of the Oppressed.

RESUMEN

El presente ensayo tuvo como objetivo principal examinar cuando la educación, finalmente, se firma como “popular”. Es así, como se presenta un breve esbozo histórico que busca revelar que la Educación Popular, entre otras palabras dobles, adquirirá el mismo significado que acompañará la obra de Paulo Freire: pensar y practicar la educación como cultura; pensar y practicar la cultura como política; pensar y practicar la política como liberación, como emancipación y, en sus límites, como revolución. Educadores y educadoras, siempre están convirtiéndose en lo que deben ser. Y este mudar, sugiere una mutación, es lo que también caracteriza el camino de la Educación Popular. En un mundo en que las dictaduras militares han sido reemplazadas por sistemas de colonización y hegemonía impuestas por el difuso poder del capitalismo, distintas teorías y prácticas que asocian el adjetivo “popular” a otras palabras parecen ser tan actuales y estar tan presentes como en los años 1960.

Palabras clave: Paulo Freire; Educación Popular; Pedagogía del Oprimido.

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – São Paulo – Brasil.

² Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL – Americana – São Paulo – Brasil.

INTRODUÇÃO

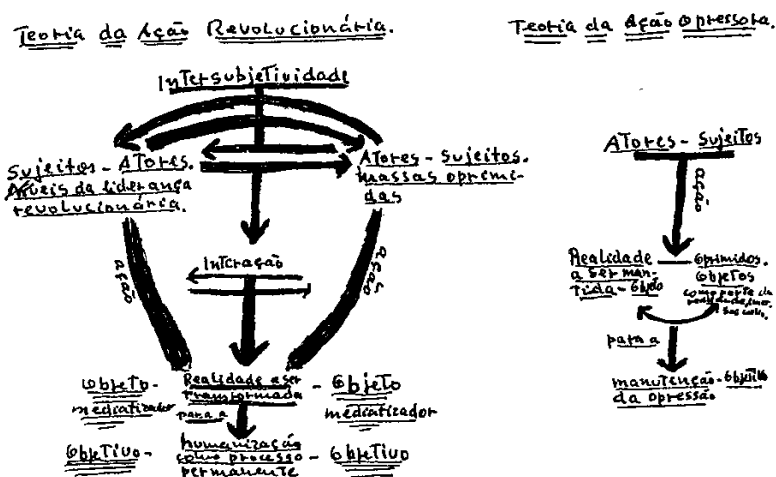
No Brasil, pouco antes de surgir a “educação popular” como uma assinatura coletiva do que realizam os/as participantes de Movimentos de Cultura Popular (MCPs) mais próximos a atividades pedagógicas, tal como o Movimento de Educação de Base (MEB), a palavra “popular” era bastante polifônica. E tudo indica que segue sendo. “Popular” pode traduzir aquilo que, por oposição ou distanciamento ao que é “erudito”, é algo criado e vivido por atores/as e autores/as das “camadas populares de uma sociedade”. E o termo “camadas populares” depressa será ideológica e politicamente associado a termos como: “explorado”, “marginalizado”, “oprimido”, “subalterno”, “povo”. E, mais adiante, à “classe popular” e seus afins: “proletariado”, “operariado”, “campesinato”.

Observe-se que, em seus primeiros livros, Paulo Freire evitava palavras e conjunções de palavras que pudessem conter uma conotação político-ideológica mais marcada, como “classe operária”, “proletariado” ou “luta de classes”. Ele denomina a sua pedagogia “do oprimido” e a esta palavra somará outras, como: “subalterno” ou “explorado”. E dedicará seu livro aos sujeitos situados na esfera mais degradada da vida social: “aos esfarrapados da Terra”.

Desde a equipe pioneira de Paulo Freire, reunida no Serviço de Extensão Comunitária da então Universidade do Recife, aquilo a que ele se sente vinculado – e também todas as pessoas-militantes “dos anos sessenta” – é a “cultura popular”, ora escrita com iniciais minúsculas, ora com maiúsculas: “Cultura Popular”. Em 1962 Paulo e sua equipe organizam e coordenam um “Primeiro Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular”. Era inexistente ou muito raro o termo “educação popular”, embora fosse frequente, inclusive ao redor de Paulo Freire, a “alfabetização popular”.

Entre uma frágil antropologia nascente no Brasil, e uma crescente leitura de Antônio Gramsci e de pensadores e ativistas de um “Norte do Mundo”, não própria e ortodoxamente “europeu”, como Albert Memmi e Franz Fanon (leituras centrais em Paulo Freire), depressa se difundem expressões como “saber popular”, “arte popular”, “teatro popular”, “poesia popular”, e outros mais. E entre os MCPs e os Centros Populares de Cultura (CPCs) – marcadamente estudantis e universitários – essas e outras palavras-dupla ganharão o mesmo sentido que acompanhará o percurso de Paulo Freire: pensar e praticar a educação como cultura; pensar e praticar a cultura como política; pensar e praticar a política como libertação, como emancipação e, no limite, como revolução.

Importante salientar que na recente versão manuscrita do livro “Pedagogia do Oprimido” publicada pelo Instituto Paulo Freire (2013), o autor ousa desenhar um esquema duplo: “a “teoria da ação revolucionária” e a “teoria da ação opressora”. Este desenho à mão, provavelmente o único de sua vida, nunca foi incorporado às edições impressas. Ei-lo:



Fonte: FREIRE, 2018 [1968], p. 322.

Assim, na aurora dos “anos sessenta”, a ideia de “cultura popular”, como as diferentes dimensões e variações de culturas próprias do povo, tende a ser uma expressão que migra das Ciências Sociais para ações políticas de propensão popular e emancipatória. Preservando ainda certo duplo sentido, “popular” poderia significar o que se cria, preserva, difunde, partilha e transforma em diferentes esferas, emergidos da ação de diversos estratos da sociedade civil, por oposição ao que é criado e controlado diretamente por um poder de Estado, ou pelo setor empresarial de uma sociedade. Este será o sentido em, que entre cientistas sociais, um “ritual popular” separa-se de um “rito de igreja”, ou de uma “cerimônia cívica”, ou mesmo uma festa tradicional de uma cidade.

No entanto, muito embora fossem até então reconhecidas - e até mesmo estudadas com interesse crescente - modalidades peculiares de um múltiplo “saber popular”, não se associava de maneira consistente e ativa a polissemia de tais “saberes” a alternativas sistemáticas de formas de “endoeducação” ou de “etnoeducação”. Não era ainda costume entre educadoras e educadores o reconhecer, em meio a camponeses/as e operários/as, aquilo que desde fins do século XIX antropólogos/as facilmente identificavam entre povos, sociedades e nações indígenas.

Não era comum o uso da expressão “educação popular” para qualificar processos e sistemas autógenos de reprodução de saberes patrimoniais entre pessoas, círculos e comunidades camponesas, até onde praticantes de uma nova e ativa proposta de ações sociais emancipadoras, por meio de alguma vocação de uma “cultura popular”, inauguravam experiências de alfabetização e de educação de adultos, desde uma nova e crescentemente radical tendência emancipatória e contra hegemônica. A presença das ideias e propostas de Paulo Freire nestes processos, entretanto, mesmo anteriores à publicação de *Pedagogia do Oprimido*, era central³.

³ Antes de ser afinal publicada como livro, capítulos do “Pedagogia do Oprimido” foram publicados em um número especial da revista *Cristianismo y Sociedad*, de uma instituição ecumênica (*Iglesia y Sociedad en América Latina* - ISAL). Outros capítulos do mesmo livro chegavam mimeografados, ou copiados da publicação do ISAL, ao Brasil e eram, às escondidas, lidos em tempos da ditadura militar.

Em tempos antecedentes, expressões que inclusive no campo da educação e da pedagogia foram empregadas por educadoras e educadores inovadores/as em diferentes contextos da história e da geografia da América Latina, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, às vezes nomeavam uma “educação popular”. Ela era então associada a processos socioculturais de uma democratização universalizante da educação e da escola, que gratuitas, laicas e oferecidas ao “povo”, deveriam estender “a todas as camadas da sociedade” saberes e valores da “alta cultura”.

Conforme aponta Valéria Oliveira de Vasconcelos (2020, p. 497):

Essa compreensão da educação popular como *educação do povo* foi se consolidando ao mesmo tempo da instauração da república no Brasil, já a partir de 1870. Na tessitura do processo do republicanismo e das lutas contra a escravização da população negra em nosso país, o fio da *educação popular* alinhavou a construção da educação brasileira até meados do século XX, em cujo cerne estava a “vulgarização da instrução pública”. Assim, caberia às elites a formação da “massa de homens⁴ livres para o trabalho produtivo” como cidadãos da nova república.

Em sua nova versão, e desde uma inclinação acentuadamente “freireana”, esta primeira “educação popular”, democraticamente iluminista, ganha uma conotação bastante distinta e diversamente radical (uma palavra cara a Paulo Freire). Tal como outros domínios sociais de atuação de projetos da Cultura Popular, outra Educação Popular deveria realizar-se como um trabalho pedagógico colocado a serviço do povo por meio da cultura. Isto é, colocado no horizonte de algo mais do que apenas a “instrução”, a “capacitação” e a “elevação cultural” de sujeitos do povo, no interior de um mundo sob a hegemonia do poder e das gramáticas sociais do capital. Ela deveria realizar-se na base de projetos sociais de teor político em nome de uma contra regulação. Projetos, portanto, francamente emancipatórios. E “emancipatórios” como algo capaz de superar e transformar estruturalmente não apenas as parcelas mais visíveis de uma hegemonia dos “opressores”, mas a totalidade das estruturas sociais da opressão. Uma emancipação popular, e popularmente estendida a toda a sociedade, tornada real por meio da plena ruptura com a cultura hegemônica do capital, e com a sociedade que ele cria e que o reproduz.

QUANDO A EDUCAÇÃO ENFIM SE ASSINA... “POPULAR”

Exilado logo após o golpe militar de abril de 1964, em sua breve estada na Bolívia e, depois, alguns anos entre Chile e os Estados Unidos da América, Paulo Freire escreveu à mão o seu livro mais conhecido: *Pedagogia do oprimido*⁵. Antes de sua publicação, primeiro em Espanhol e em Inglês e, somente anos mais tarde, em Português, publicou dois livros. Um deles, mais conhecido e

⁴ Às mulheres passou a caber, principalmente, depois de sua formação nas Escolas Normais e posterior assunção dos cargos de professoras, o papel de fomentar a manutenção da mentalidade tradicional de uma sociedade escravocrata.

⁵ Conforme citado anteriormente, no ano de 2013 o Instituto Paulo Freire e outras instituições editaram o livro *Pedagogia do Oprimido* (o manuscrito) em uma apresentação fac-similar, tal como escrita por Paulo Freire durante o exílio. Algumas diferenças importantes entre este original e os livros editados nos Estados Unidos da América, na América Latina e no Brasil, devem ser notadas. No livro escrito à mão estão presentes, inclusive, alguns esquemas desenhados por Paulo e não constantes do livro impresso.

inclusive já então citado em diversos trabalhos, não apenas no campo da pedagogia, foi o “Educação como prática da liberdade”⁶ (1967), e o segundo “Ação cultural para a liberdade” (1968). Tanto nestes dois livros de suma importância quanto nos livros que escreveu quando estava em Genebra e no Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas (atuando, sobretudo, na África e junto a ex-colônias de Portugal), Paulo Freire utilizava com frequência o termo “cultura popular”, e falava e escrevia utilizando os qualificadores de sua proposta de educação: “libertadora”, “problematizadora” e “humanizadora”. “Educação como prática da liberdade” será também lembrada, mas não ainda “educação popular”.

“Educação popular”, já então emergente e difundida em toda a América Latina entre finais dos anos 1960 e começo dos 1970, é uma expressão levada a ele, e que, relembre-se, em raras ocasiões incorporadas ao seu vocabulário.

Sabe-se que após qualificar a sua proposta de educação como “libertadora”, e depois dedicar ao seu acontecer às páginas de seus livros, o que Paulo Freire cria – e estas palavras estarão quase ausentes nos documentos da equipe pioneira – é uma nova pedagogia. E não será de pequena importância observar com atenção como ele a preserva, requalificando-a de livro para livro: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Autonomia, Pedagogia da Tolerância e outras mais⁷.

No longo capítulo de Paulo Freire no livro “A questão política da educação popular”, em suas quatro detalhadas cartas aos “animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe” (publicada originalmente em 1974), ao descrever com riqueza de detalhes como deveriam ser realizados os “círculos de cultura” em seus trabalhos conscientizadores, alfabetizadores e pós-alfabetizadores, por meio da ação de “animadores e animadoras”, Freire não utiliza nem as palavras “pedagogia do oprimido” e tampouco “educação popular”⁸.

Assim, antes que surja e se difunda a expressão “educação popular” encontramos entre Brasil e toda a América Latina, as seguintes modalidades de uma educação que importa considerar aqui: Educação de Adultos – mais tarde Educação de Jovens e de Adultos; Educação Permanente, que tal como a anterior era patrocinada diretamente pela UNESCO⁹; Educação de Base – a variante pedagógica do Movimento de Educação de Base, e que de forma crescente se reconhecia como de

⁶ Fato pouco conhecido. Rubem Alves, ao escrever nos EUA a sua tese de doutorado em teologia, cita passagens do livro de Paulo Freire em mais de dois momentos. A tese de Rubem Alves tinha este nome: *Por uma Teologia da Libertação* e é de 1969. Por indicação dos editores norte-americanos, o nome foi mudado para: *Por uma Teologia da Esperança Humana*. Recentemente foi republicada no Brasil com o seu título original. Mais tarde, Pedagogia do Oprimido, muito provavelmente em todo o mundo, veio a ser o livro de educação mais atentamente lido e incorporado a livros de várias e diferentes áreas do mundo das artes, das ciências e das práticas sociais.

⁷ Pedagogia da Indignação e outros já serão livros póstumos, organizados a partir de escritos inéditos de Paulo Freire por sua esposa, Ana Maria Freire.

⁸ As “quatro cartas aos animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe”, estão entre as páginas 136 e 195, de “A questão política da educação popular” (BRANDÃO, 1980).

⁹ Um dos educadores da UNESCO durante os anos sessenta no Brasil foi Pierre Furter. Vinculado à proposta de *Educação Permanente*, Furter aproximou-se da equipe nordestina de Paulo Freire, e foi fortemente influenciado pelas ideias pedagógicas então nascentes. Deixou escrito em Português um livro da Editora VOZES (Educação e vida, 1973), e no mesmo número 4 da revista *Estudos Universitários* em que são publicados os estudos pioneiros de Paulo Freire e de sua equipe, Pierre Furter escreveu o artigo: *Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro*.

uma afiliação “freireana”; Educação Libertadora (Educação como prática da liberdade) de vocação freireana, criada por Paulo Freire em oposição ao que ele denominava Educação Bancária¹⁰.

A partir da segunda metade dos anos 1960 os governos militares impuseram ao Brasil um sistema ditatorial sem precedentes, e a educação foi uma das áreas mais vigiadas. Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Ernani Maria Fiori, Francisco Wefford, Marcos Arruda e um grande número de outras e de outros militantes das causas populares, dentro e fora do âmbito da cultura e da Educação Popular, foram presos e/ou exilados. Uma fração significativa de praticantes de alguma modalidade de ações insurgentes e de resistência ao “regime militar” tornou-se clandestina, e vinculou-se a algum dos movimentos armados de luta contra a ditadura. Entre eles deve ser lembrada aqui a Ação Popular, derivada da Ação Católica e que se tornaria a fração mais ativamente política e resistente de militantes cristãos, alguns deles e delas depois militantes de outros partidos e movimentos de assumida identidade marxista, como o Partido Comunista do Brasil.

Outros/as militantes que permaneceram no Brasil vincularam-se a novos movimentos sociais de vocação popular - entre sindicatos nascentes sobre as cinzas dos que foram desarticulados pelo regime militar e associações que pretendiam levar adiante as propostas originais dos Movimentos de Cultura Popular - ao longo dos duros tempos de controle militar.

Desde 1966 uma facção de bispos conservadores controlava o Conselho Diretor do Movimento de Educação de Base. Os educadores da “Equipe Nacional” antecedente foram sumariamente demitidos, e durante anos o MEB perderia as suas características originais, recuperando-as em alguma medida apenas após a “abertura política” processada no Brasil, com o trânsito da ditadura militar para uma democracia relativa, na aurora dos anos 1980. Justamente o ano do retorno de Paulo Freire e de vários educadores e educadoras-militantes exiladas.

PAULO FREIRE: CRISTÃO, MARXISTA OU O QUE?

Em 1972, em seu número 29/30, ano X, *Cristianismo y Sociedad* publicou na sessão “Documentos” uma longa entrevista com Paulo Freire – já então no exílio e sendo entrevistado na Europa, por emissário da revista *Risk*. Essa entrevista foi depois traduzida para o Espanhol sob o título: *Paulo Freire – educación para un despertar de la consciencia*. Na mesma publicação, as páginas finais foram reservadas à convocatória para o “Primer Encuentro Latinoamericano de Cristianos por el Socialismo”.

Em um momento de sua entrevista Paulo Freire fala de uma “educação para a liberdade” (p. 76) e de uma “educação libertadora”. Serão transcritas aqui duas passagens breves. Sendo entrevistado em um contexto cristão, Paulo Freire associa pela primeira vez de forma pública, a nosso ver, uma *educação libertadora* a uma *teologia da libertação*.

¹⁰ Recomendamos com insistência a leitura de um antigo e essencial artigo de Aída Bezerra, educadora do MEB. Com o título: “as atividades em educação popular” ele foi publicado no Suplemento CEI n. 22 de outubro de 1978. Este artigo é um dos que com maior fidelidade retrata o perfil da educação popular e desenha um quadro de variantes de projetos de educação então vigentes no Brasil. De igual importância é o estudo de Beatriz Bebianco Costa: Para entender uma prática em educação popular, publicado em coedição pela Editora VOZES e NOVA, em 1981.

É por isso que eu falava de arqueologia do conhecimento. Ao invés de transferir o conhecimento atual é necessário convidar a consciência a assumir uma atitude ativa sem a qual é impossível criar conhecimento. Mas isto não está acontecendo na escola primária... e na universidade acontece o mesmo, o que implica uma mitologia da realidade, porque somente uma educação libertadora desmistoliza a realidade enquanto a educação domesticadora mitologiza a realidade, não? (p. 82)¹¹.

Eu creio que minha atitude não pode ser a atitude de um homem vazio esperando ser preenchido pela palavra de Deus. Eu creio que se queremos escutar esta palavra é necessário para mim que eu esteja inserido no processo de libertação do homem. Por isto eu creio que a teologia deveria estar comprometida com a educação libertadora, e uma educação libertadora com a teologia (p. 83)¹².

Esta breve, mas eloquente passagem deve remeter a uma questão, até aqui, sempre entre opaca e obscura: teria sido Paulo Freire um humanista cristão, nem sempre declarado e assumido, como inúmeras educadoras e educadores cristãos com quem dialogou durante toda a sua vida? Ele, que durante os longos anos de exílio na Europa foi profissionalmente contratado para coordenar o Setor de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, uma instituição cristã protestante de foro internacional?

De igual maneira, teria ele sido um marxista ou um “marxiano” igualmente nunca assumido, mesmo havendo dialogado ao longo de sua vida tanto com Marx, Lenin, Gramsci e outros pensadores marxistas, quanto com educadoras, educadores e políticos revolucionários marxistas e comunistas no Brasil, Na América Latina, na África e na Europa?

Uma antiga e hoje quase esquecida entrevista de Paulo Freire talvez constitua um dos momentos mais esclarecedores sobre esta questão. Em 1978, em Genebra, Paulo Freire dialogou longamente com Lilia Chiappini Moraes Leite, da Universidade de São Paulo. Abaixo está transcrita toda a parte final da entrevista, pelo que ela contém de pessoalmente revelador:

L. (Lígia) – No fundo eu quero te perguntar até que ponto hoje você é mais marxista do que era na época de Pedagogia do Oprimido.

P. (Paulo) – Talvez eu pudesse dizer, repetir, o que tenho dito em certas entrevistas, que eu acho que expressa bem a minha experiência; é o seguinte: indiscutivelmente eu fui, na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar me remete a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: “Olha Paulo. Vem cá, você conhece Marx?”. Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu começo a me surpreender com alegria, por ter encontrado Marx entre camponeses e operários. Quer dizer, certo tipo de análise, como aquela do meu pedagogo que eu citei no começo (da entrevista – CRB), em que ele me chamava a atenção para as coisas materiais em que a sua consciência se formava e se reformava [...] comecei a ver uma certa racionalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei a ver: “puxa, esse cara é sério!” Não quero dizer que eu hoje sou um “expert” em Marx, ou que eu sou marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério alguém ser marxista. É preferível dizer que eu estou tentando tornar-me. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-me um cristão (LEITE, 1979, p. 75).

¹¹ Foi mantida a tradução pouco usual em português “desmitoliza” e “mitologiza”, em lugar de “desmistifica” e “mistifica”, por parecerem mais fiéis ao pensamento de Freire.

¹² A palavra “liberadora” foi traduzida por “libertadora”, por saber que Paulo Freire, em português, utilizava esta segunda palavra. Em diferentes documentos em ambas as línguas foram encontradas as duas palavras como sinônimas.

Este talvez seja o mais eloquente e confidente momento em que Paulo Freire trouxe, para a sua própria autobiografia, uma ideia central de seu pensamento teórico e pedagógico: o ser humano não é, ele está se tornando o que virá-a-ser. E este tornar-se, que sugere uma mutação, é o que há de mais estável em uma vida. Nunca somos o que acreditamos ser, porque estamos sempre nos tornando no que devemos vir-a-ser. Freire não foi um cristão assumido ou um marxista declarado, em um tempo em que certa “assinatura confessional” e certa “identidade ideológica” assumida e tornada pública eram essenciais entre educadoras/es. Assim, com uma confessada humildade, afirma quanto a ser marxista: “estou tentando tornar-me”. E quanto a ser cristão: “estou procurando tornar-me”.

Trazendo a memória de um dos autores do presente artigo que, como parte de um programa de difusão de ideias e práticas da Educação Popular freireana, ao longo da América Latina, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), desenvolveu um projeto “clandestino” de difusão das ideias e propostas de Paulo Freire e de seu Método de Alfabetização. É quando Carlos Rodrigues Brandão é designado a realizar várias viagens entre países ainda não submetidos a regimes militares, para tornar efetiva tal proposta.

Brandão escreveu, como material de apoio ao seu trabalho uma série de pequenos documentos que vão sendo mimeografados e partilhados entre educadores e educadoras, sobretudo dos países andinos. Mais adiante, esse antropólogo e uma equipe revisora reuniram estes escritos pioneiros no que veio a ser o livro *Educación popular y proceso de concientización*, publicado por iniciativa de *Iglesia y Sociedad en América Latina*, pela Editorial Siglo XXI, da Argentina. Por razões de segurança o livro saiu com o nome de um teólogo uruguaio, Júlio Barreiro. E conheceu várias edições na Argentina, no México, na Espanha, em Portugal e, dez anos mais tarde, no Brasil¹³.

O editorial que abre *Cristianismo y Sociedad* (1972, p. 3) traz o seguinte, em seus dois primeiros parágrafos:

Educação domesticadora ou Educação para a liberdade? Que lugar ocupa a educação em nossas atuais sociedades, que estão vivendo profundos processos de transformação de todas as suas estruturas? É um instrumento de dominação; de educação e perpetuação do sistema, - de controle social, em resumo -, ou a educação está chamada a ser um dos meios mais poderosos, não somente para a mobilização popular, como para a criação de novas sociedades? Tais são os problemas que tentamos abordar através desta entrega de CRISTIANISMO Y SOCIEDAD. E o fazemos com o convencimento de que nos processos pré-revolucionários e revolucionários que vivem os nossos povos latino-americanos, entre as muitas formas possíveis de mobilização popular que estão sendo utilizadas em razão dos mesmos processos, um dos instrumentos mais poderosos para impulsiná-los será dado por uma autêntica Educação Popular (EDITORIAL, 1972, p. 3, grifos originais).

¹³ Em uma pesquisa posterior, cujos resultados estão em seu livro “A Educação Popular Latino-Americana: História e Fundamentos Éticos, Políticos e Pedagógicos”, o educador Oscar Jara Holliday identifica este livro como aquele em que, pela primeira vez, continentalmente, o nome “Educação Popular” aparece intitulado uma obra editada.

RAÍZES E FUNDAMENTOS DO QUE SURTIU ENTRE OS ANOS 60 E 80

Há uma diferença essencial entre o que começamos a chamar de “Educação Popular”, na aurora dos anos 1970, e outras tendências de educações e pedagogias, como, por exemplo, a “educação antropológica”, a “educação anarquista”, a “educação católica”, entre outras. A diferença está em que essas vocações de formação de pessoas e preservação, ou transformação, de mundos sociais por meio de pessoas educadas, possuem uma clara “assinatura”. Representam a criação de uma pessoa - como Maria Montessori ou Rudolf Steiner; são fruto das ideias e do trabalho de um coletivo uniforme e declarado de pessoas - como a educação anarquista; derivadas de uma ideologia ou mesmo de uma intencionalidade política a ser realizada também por meio da educação, e/ou como uma pedagogia explícita e específica.

A “Educação Popular” não. Assim como acontecerá também, e logo após, com a “investigação-ação-participativa”. Tendo em Paulo Freire e em *Pedagogia do Oprimido* um sujeito autoral e um repertório propositivo claro e convincente de princípios, preceitos e práticas pedagógicas, a Educação Popular emergiu a partir de uma interação aberta e dialógica de pessoas e de seus coletivos sociais e políticos.

Uma simples e oportuna leitura das “notas de rodapé” e da “bibliografia” de *Pedagogia do Oprimido* servirá à demonstração mais eloquente do que recordamos aqui. Neste e em outros livros de Freire, o círculo de leituras-base envolve uma interativa polissemia de fundamentos filosóficos, ideológicos, antropológicos, pedagógicos e políticos. Pluri-fundamentos que em suas interações formaram os eixos de convergência do que veio a ser uma pioneira “pedagogia do oprimido” e, mais adiante, como uma sua derivada: a “Educação Popular”.

Tanto entre as escolhas de autoras e autores de base, em Paulo Freire e em outras/os educadoras/es populares, como também na realidade de suas pessoas e de seus coletivos de origem, o que está nos começos e na continuidade fecunda da Educação Popular é um entrelaçamento entre: humanistas laicos/as (como o próprio Freire), humanistas cristãos/ãs (como vários companheiros/as de equipe de Paulo no Nordeste, no Chile, e no exílio na Europa), e humanistas marxistas, criadores/as inclusive de variantes do marxismo de origem e vocação latino-americana. Lembremos que as palavras: “homem¹⁴”, “humano”, “humanismo” e “humanista” povoarão páginas e páginas da “Pedagogia do Oprimido” e de outros livros de Paulo Freire, como portas de entrada e vias de saída de toda a sua pedagogia.

E foi entre as linhas de tangência e interação de um entre-lugares (termo hoje caro à antropologia), ou de um aberto território-de-fronteiras, que a Pedagogia do Oprimido foi pensada e escrita. E foi também desde de onde a Educação Popular emergiu e se difundiu pela América Latina dos anos 1970 em diante.

E, à diferença de outras tendências epistemológicas da educação, a Educação Popular aportou outra característica importante, a respeito da qual é necessário enfatizar. Desde o intervalo entre a segunda metade dos anos 1960 e as duas décadas seguintes, tudo se passou entre educadores e educadoras, sem que surgisse em nosso meio, entre Ushuaya e Monterrey, e depois

¹⁴ Expressão posteriormente substituída por “seres humanos” e/ou “homens e mulheres.”

entre Santiago do Chile e Estocolmo, um único outro “guia de pensamento”. Uma única outra pessoa-líder. Um coletivo qualquer proeminente.

Formou-se então uma pluri-comunidade político-pedagógica com vocação popular, insurgente e emancipatória, que havendo constituído Paulo Freire como um “companheiro das primeiras ideias e práticas”, logrou gerar sob o peso e o terror dos regimes militares no “Cone Sul”, sob ditaduras político-policiais em outros países e sob limitadas “democracias de baixa intensidade”, em e entre outros países do continente, o que veio a ser, interativa e inter-dependentemente, a cultura popular, a Educação Popular, a investigação-ação participativa, o teatro do oprimido, o cinema-novo, a música de protesto latino-americana, as ações sociais de propensão popular em áreas e esferas como a religião, a saúde, a arquitetura. Iniciativas que, de formas alternativas e diferenciadas, buscavam em frentes de luta e movimentos populares os seus lugares mais efetivos de ancoragem e participação.

Herdeira em linha direta da cultura popular, a Educação Popular será a assinatura das práticas de pedagogias emancipatórias de tendência popular a partir da segunda metade dos anos 1960 e, sobretudo, do começo dos anos 1970. Os movimentos de cultura popular desapareceram sob a ditadura militar no Brasil, no entanto, eles abriram amplos espaços para o surgimento de movimentos que, à diferença dos MCPs, terão a sua origem entre atores das classes populares no campo e na cidade. Ou então, serão movimentos, em boa medida de origem cristã militante, diretamente ligados a causas e ações populares. Por meio deles a Educação Popular tenderá a ser, até o presente momento, o termo empregado para qualificar diferentes alternativas de ações pedagógicas de vocação política emancipatória.

Outros qualificadores anteriores e posteriores ora serão empregados para diferenciar de forma específica uma modalidade de Educação Popular, como “educação de base”, “educação do campo”, “Educação Popular Ambiental”, e ora serão lembrados para estender a esferas mais abrangentes e finalistas o “popular” da educação, como em “educação humanista” e “educação libertadora”. Optando por uma ousadia na escrita, ao estilo de Eduardo Galeano, poderíamos poetizar estas linhas lembrando que: “o horizonte é a educação libertadora, o caminho é a Educação Popular, e os passos que damos são realizados por meio da Pedagogia do oprimido”.

No entanto, será o próprio Paulo Freire quem deverá associar aqui algumas palavras que entrecruzam as páginas deste nosso escrito, em uma das passagens mais essenciais do Pedagogia do Oprimido.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens e mulheres em processo de permanente libertação (FREIRE, 2002, p. 41, grifos nossos).

Há um dado que parece importante nesta breve arqueologia em busca da inscrição de um nome: os dois únicos livros de Paulo Freire em que estará escrita como título “educação popular” foram: “Quefazer, teoria e prática em Educação Popular” (FREIRE e NOGUEIRA, 1989) e “Na escola

que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em educação popular” (FREIRE; NOGUEIRA e MAZA, 1990).

Importante ressaltar que dois educadores que trabalharam diretamente com Paulo Freire (um em Genebra e na África, e o outro no Brasil, após o seu retorno do exílio), em alguns escritos seus substituíram a expressão “Educação Popular” por “Educação da práxis”. Em Marcos Arruda (2009) a proposta apresentada no terceiro livro de sua essencial trilogia, aparece como uma “*Educação para uma economia do amor – educação da práxis e economia solidária*”. O primeiro capítulo de seu livro é *Educação da práxis – caminho da autonomia e da solidariedade*. A expressão “Educação Popular” é inteiramente substituída por “*educação da práxis*”, e os seus fundamentos primeiros – mas nem todos, e nem as suas propostas finais – estão baseados em leituras de Marx e de Gramsci. De igual maneira, “educador da práxis” substitui “educador popular”. De sua parte, Moacir Gadotti, um dos educadores mais presentes na vida de Paulo Freire depois de seu retorno ao Brasil, publicou um livro com este nome “Pedagogia da Práxis” (1995).

Ora, em 1979, dez anos após a publicação de Pedagogia do Oprimido, a revista Educação e Sociedade, do Centro de Estudos de Educação e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas, publicou um número com este título: Pedagogia do oprimido – educação do colonizador. Muito embora os seus artigos estejam dedicados a um diálogo com Paulo Freire, é a expressão “Educação Popular” que aparecerá como um termo chave.

Isto ocorre inclusive no artigo de Carlos Rodrigues Brandão na revista, quando parte de uma trilogia em que um termo é oposto aos outros dois, que se complementam: educação do sistema X educação popular + educação de classe:

Por consequência, o lugar da prática pedagógica popular, como trabalho simbólico de educadores-intelectuais a serviço de trabalhadores-subalternos, fica um pouco atrás da prática política de classe, e ao lado de sua educação, ou seja, do ponto de vista de sua prática. Para não acabar sendo apenas uma forma mais “avançada” de educação do sistema, a educação popular deve ser um modo de participação de intelectuais-educadores na educação de classe (BRANDÃO, 1979, p.21).

Dos anos 1970 em diante a expressão “Pedagogia do Oprimido” estará sempre vinculada em linha direta a Paulo Freire. E “Educação Popular” tenderá a tornar-se a dupla palavra geradora de ideias, propostas e práticas originadas, também em sua maior e mais fecunda medida, em Paulo Freire.

Em 1980, o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES)¹⁵, editou seu Cadernos do CEDES, nº 1 intitulado: “concepções e experiências de Educação Popular” (MANFREDI, 1980) com três artigos: Educação Popular: desafios metodológicos, de Maria Silvia Manfredi, Leila Maria da Silva Blass e Sônia P. Barros; A Educação Popular numa estratégia de educação permanente, de Alberto Melo; e Da educação fundamental ao fundamental na educação, de Carlos Rodrigues Brandão.

Nas três décadas dos anos 1970, 1980 e 1990, entre o exílio de Paulo Freire e suas experiências junto a nações africanas, seu retorno ao Brasil e sua morte, a Educação Popular viveu um largo período de vertiginosa e oscilante expansão e consolidação. Como os fatos e dados de

¹⁵ Fundado na UNICAMP por Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maurício Tragtenberg e Carlos Rodrigues Brandão.

todos estes anos e dessas décadas são bem conhecidos, pretende-se fazer apenas algumas referências ao que nos parece mais significativo¹⁶.

Um dos marcos dessa práxis educativa foi a criação, em 1981, do Grupo de Trabalho (GT) de Educação Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), um dos primeiros a serem estruturados pela entidade sob a coordenação de Osmar Fávero¹⁷. Esse GT representa um dos espaços acadêmicos mais relevantes no marco da pós-graduação nacional e segue tendo forte protagonismo de educadoras, educadores, pesquisadoras e pesquisadores comprometidos/as com a Educação Popular.

Importante marcar que em 1982, ainda nos anos finais da ditadura militar no Chile, Marcela Gajardo ousou reunir educadores/as de vários recantos da América Latina em um grande e marcante *Taller sobre la Teoría y la Práctica de la Educación Popular*, sob o patrocínio (e, no caso, a proteção) da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), do *Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación* (PIEE) e do *International Development Research Center* (IDRC), juntamente com a Fundação Ford. Em 1983 o próprio *Centro Regional de Educación Fundamental para la América Latina* (CREFAL), sob patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou os documentos e debates do “Encuentro de Punta de Tralca” em um livro-coletânea que marcaria época: *Teoría y Práctica de la Educación Popular* (GAJARDO, 1983).

A Educação Popular, a investigação-ação participativa e a teologia da libertação configuram possivelmente as três vizinhas teorias e práticas que se espalharam pelo mundo, desde uma origem, em larga medida, latino-americana. E provavelmente por uma primeira vez, em seu conjunto e entre as suas interações, elas representaram um aporte convergente de imaginários, ideias e ações que inverteram relações seculares no campo das experiências e práticas insurgentes. Elas “Sulearam o Mundo”, na expressão cara a Paulo Freire, e convocaram europeus e norte-americanos a virem até aqui, para dialogarem em pé de igualdade com *Nuestra América*.

Em poucos anos elas povoaram e seguem povoando e renovando cenários de ação pedagógica por meio da cultura e de ação cultural, como pedagogias políticas e metodologias críticas de emancipação popular. Inscritas e escritas em livros e entre diálogos de ideias desde Paulo Freire, assim como em um diverso e crescente contingente de outros trabalhos publicados desde então, nos mais diversos meios de difusão de ideias e práticas, entre a teoria e os relatos experiências, de inovações efetivas no campo da educação e de todo um novo imaginário político, a partir dos movimentos populares.

¹⁶ Em função dos limites desse artigo, não serão trazidos aqui maiores aprofundamentos sobre alguns autores e autoras. Por esse motivo, considera-se fundamental a leitura da inestimável coletânea realizada por Osmar Fávero no livro “Cultura popular educação popular – memória dos anos 60”. Dos vários documentos reunidos e divididos entre os textos pioneiros - os que vão de 1961 a 1966 - e os textos posteriores, que vão de 1967 até o começo dos anos 1970, a obra contribui para desvelar esquecimentos e recolocar “no palco da história”, alguns nomes, fatos e feitos fundadores.

¹⁷ De acordo com Fleuri (2001), a ANPEd, fundada em 1976, passou a realizar reuniões anuais desde 1978. Na quarta reunião, ocorrida em Belo Horizonte (1981), foi proposto que a associação se organizasse em Grupos de Trabalhos (GT), entre os quais o GT de Educação Popular, que se reuniu pela primeira vez em 1982, na 5ª Reunião anual, no Rio de Janeiro.

Imaginários vocacionados não tanto a uma acadêmica contestação teórica e de tendência “desconstrutivista”, ao estilo Pierre Bourdieu, mas destinados a uma pluri-oferta de alternativas de construção solidária do conhecimento, ao estilo Paulo Freire e Orlando Fals Borda.

Instituições internacionais, entre a ONU e a UNESCO, reconhecem hoje na Educação Popular um aporte efetivo de grande e fecundo alcance em direção à realização de metas e propósitos que sempre estiveram alguns passos adiante de suas próprias propostas, como no caso da educação permanente.

Muitos anos mais tarde, em um dos livros mais completos e atuais sobre o tema, Alfonso Torres Carrillo relacionou na bibliografia ao final de *Educación popular – trayectoria y actualidad*, cinquenta e um livros, artigos e outros documentos com o nome “Educação Popular” (TORRES, 2008).

De então em diante nada parece indicar que as inovações introduzidas desde os movimentos de cultura popular no Brasil tenham chegado a um ponto de esgotamento. Ao contrário, em um mundo em que as ditaduras militares têm sido substituídas, na América Latina e em todo o Planeta, por sistemas de colonização e hegemonia impostas pelo difuso poder do capitalismo, diversas teorias e práticas que associam o adjetivo “popular” a outras palavras parecem ser tão atuais e estar tão presentes quanto nos anos 1960.

REFERÊNCIAS

1. ARRUDA, Marcos. **Educação para uma Economia do Amor** – educação da práxis e economia solidária. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2009.
2. BARREIRO, Júlio. **Educación Popular y proceso de concientización**. Buenos Aires: Editora Siglo XXI, 1974.
3. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Eva viu a luta – algumas anotações sobre a Pedagogia do Oprimido e a Educação do Colonizador. **Educação e Sociedade**, nº 3, maio de 1979, p. 15-23.
4. COSTA, Beatriz Bebiano. **Para entender uma prática em educação popular**. FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. São Paulo: Vozes, 1981.
5. EDITORIAL. **Cristianismo y Sociedad**. Año X, nº 29-30, ISAL, Montevideo: 1972.
6. FÁVERO, Osmar. **Cultura popular e educação popular** – memória dos anos sessenta. Rio de Janeiro: GRAAL, 1985.
7. FLEURI, Reinaldo Matias e COSTA, Mariza Vorraber. **Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em Educação popular**. Ijuí: Unijuí, 2001.

8. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** (o manuscrito). MAFFRA, Jason F.; ROMÃO, José Eustáquio e GADOTTI, Moacir (organizadores). São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire, UNINOVE, 2013 [1968].
9. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 37ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
10. FREIRE, Paulo et al. Contribución al proceso de concientización en América Latina. **Cristianismo y Sociedad**. Año VI, nº 16-17. ISAL, Montevideo: 1968.
11. FREIRE, Paulo. Quatro cartas aos animadores de círculos de cultura de São Tomé e Príncipe. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A Questão Política da Educação Popular**, São Paulo: Brasiliense, 1980.
12. FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. São Paulo: Vozes, 1989.
13. FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZA, Debora. **Na escola que fazemos**: uma reflexão interdisciplinar em educação popular. São Paulo: Vozes, 1990.
14. FURTER, Pierre. Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro. **Estudos Universitários**. Revista de Cultura da Universidade do Recife, n. 4, 1963, p. 103-114.
15. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
16. GAJARDO, Marcela. **Teoría y Práctica de la Educación Popular**. Canadá: International Development Research Center (IDRC), 1983.
17. JARA, Oscar Holiday. **A educação popular latino-americana**: História e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo: Ação Educativa/CEAAL/ENFOC, 2020.
18. LEITE, Lília Chiappini Moraes. Encontro com Paulo Freire. **Educação e Sociedade**, nº 3 de maio de 1979, p. 47-75.
19. MANFREDI, Silvia. Apresentação. Concepções e experiências de educação popular. **Cadernos do CEDES**, ano 1, nº 1, 1980.
20. TORRES CARRILLO, Alfonso. **La Educación Popular. Trayectoria y actualidad**. Bogotá: El Buho Editorial, 2008.
21. VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Entre a utopia e a concretude da Educação Popular: proposições para uma formação crítica. Em: Villagómez, María Sol R.; SOFFNER Renato; Rocchi

Alessio; Marques, Luis (Coordinadores). **Desafíos de la educación salesiana: experiencias y reflexiones desde las IUS**. Quito/Ecuador: Editorial Universitaria Abya-Yala. ISBN: 978-9978-10-409-5. pp. 491-521, 2020.

Carlos Rodrigues Brandão

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Valéria Oliveira de Vasconcelos

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).

Como citar este documento:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. ENTRE AS ORIGENS E O AGORA: MEMÓRIAS E TRAJETOS DA EDUCAÇÃO POPULAR. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 10-24, mai. 2021. ISSN 1982-9949. Acesso em: _____. doi: 10.17058/rea.v29i2.16088.